

5

Distinguindo casos de concordância licenciados pela gramática da língua de falhas de processamento – uma análise da concordância “facultativa” com construções partitivas

Este capítulo tem como objetivo prover uma análise lingüística para as construções partitivas do tipo “A maioria de + DP” e “Uma parte de + DP”, as quais, além da concordância canônica entre sujeito e verbo, também licenciam em português a concordância com o segundo núcleo nominal do DP sujeito, como se observa em (1)⁵⁸.

- (1) a. A maioria dos jogadores de futebol viajou ontem.
b. A maioria dos jogadores de futebol viajaram ontem.

Este tópico integra-se à discussão relativa aos erros de atração, pois permite diferenciar a concordância enquanto um processo sintático, decorrente de operações do sistema computacional sobre traços formais da língua, daquilo que seria uma falha resultante de algum tipo de interferência no processamento da concordância, como a que se verifica em (2b).

- (2) a. O treinador dos jogadores de futebol viajou ontem.
b. *O treinador dos jogadores de futebol viajaram ontem.

Partindo-se da hipótese de que cada alternativa de concordância em (1) corresponde a uma representação estrutural distinta da construção partitiva, busca-se determinar o que explicaria a existência de duas representações diferentes e como seria cada uma delas. Considera-se inicialmente uma explicação baseada na pluralidade semântica das partitivas. Verifica-se, em seguida, uma possível associação entre leitura da partitiva (de grupo *vs.* distributiva) e o termo

⁵⁸Com o objetivo de facilitar a leitura, utilizou-se uma seqüência de numeração dos exemplos própria para o capítulo.

selecionado como controlador da concordância (primeiro ou segundo núcleo nominal do DP sujeito). Discute-se, então, a natureza categorial dos itens lexicais “maioria” e “parte” e avalia-se como uma distinção entre propriedades lexicais e funcionais associadas a esses itens poderia dar origem a estruturas sintáticas distintas, com conseqüente reflexo para a concordância.

Também são apresentados, neste capítulo, os resultados de uma tarefa de julgamento de gramaticalidade, em que um grupo de falantes avaliou a concordância verbal (singular e plural) com construções partitivas e com DPs complexos, em sentenças semelhantes àquelas exemplificadas respectivamente em (1) e (2). Foi utilizado um procedimento psicolinguístico de testagem a fim de se poder examinar, de forma mais controlada, como os falantes julgam as referidas sentenças e determinar em que medida estes diferenciam as duas construções quanto ao processamento da concordância.

5.1

Análise lingüística

5.1.1

Concordância “ad sensum” e leitura de grupo vs. leitura distributiva

No estudo das partitivas, uma primeira questão que se pode colocar é se a ocorrência do verbo no plural seria determinada pela atribuição de uma idéia de pluralidade ao sujeito, fenômeno tratado nas gramáticas tradicionais sob o rótulo de concordância *ad sensum* ou silepse. Assim, no lugar de estabelecer a concordância canônica com o núcleo do sujeito, o verbo concordaria com um número conceitual plural do sujeito.

A esse respeito, é pertinente a observação de Peres & Mória (1995) de que não se pode atribuir ao sentido plural da expressão no seu todo o fato de o verbo vir flexionado no plural. Se assim o fosse, deveriam ser igualmente aceitáveis as sentenças a seguir:

- (3) *A maior parte do rebanho puseram-se a fugir. (Peres & Mória, 1995, ex.1603)

- (4) A maior parte das ovelhas puseram-se a fugir. (Peres & Mória, 1995, ex.1604)

O fenômeno em exame é mais complexo e parece estar associado à escolha sintática de um dos núcleos nominais como o determinante da concordância verbal. Cumpre, pois, investigar o que determina a escolha do núcleo com o qual o verbo irá entrar em relação de concordância.

Gramáticas normativas da língua portuguesa (Cunha & Cintra, 1985; Lima, 1986; Bechara, 1999) sugerem que a definição do termo controlador da concordância dependeria de questões estilísticas: o verbo ficaria no singular quando o conjunto estivesse em destaque e, no plural, quando a ação verbal pudesse ser atribuída separadamente aos elementos que compõem o todo.⁵⁹

Nesse sentido, esperar-se-ia que o português apresentasse um comportamento semelhante ao do espanhol em que, de acordo com Brucart (1997 *apud* Saab, no prelo a), haveria uma correspondência entre concordância verbal e leitura atribuída a expressões partitivas e pseudo-partitivas na posição de sujeito⁶⁰. O verbo no plural estaria associado a uma leitura distributiva dessas expressões e o verbo no singular, a uma leitura de grupo. A sentença (a) abaixo é um exemplo de construção pseudo-partitiva e as outras, exemplos de construções partitivas.

- (5) a. Un grupo de senadores votó/votaron la ley.
 b. Un grupo de los senadores votó/votaron la ley.
 c. La mayoría de los senadores votó/votaron la ley.
 d. Una parte de los senadores votó/votaron la ley.

⁵⁹A concordância do verbo com o substantivo plural das construções partitivas já se observa em textos quinhentistas. A esse respeito, ver Said Ali, M., *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 8ª ed. rev. e atual. São Paulo: Melhoramentos: Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 218, § 1453.

⁶⁰A distinção entre construções partitivas e pseudo-partitivas vem sendo estabelecida na literatura de orientação gerativista desde os trabalhos de Selkirk (1977) e Jackendoff (1977). Embora superficialmente a diferença entre essas construções pareça se limitar à ocorrência de um determinante no PP partitivo, elas apresentam comportamentos distintos em relação a um conjunto de fenômenos, tais como extraposição, modificação por adjetivo, s-seleção, *stranding* de preposição, anteposição do sintagma preposicionado, recursividade (cf. Selkirk, 1977; Deevy, 1999; Alexiadou, Haegman & Stavrou, 2003; Stickney, 2004). Para uma discussão do comportamento sintático de partitivas vs. pseudo-partitivas e de representações estruturais que vêm sendo propostas, ver Stickney (2004).

O português, contudo, não se comporta como o espanhol. Em primeiro lugar, expressões pseudo-partitivas e partitivas encabeçadas pelo substantivo “grupo” não licenciam verbo no plural, como se pode observar nas sentenças (6a) e (6b) a seguir, correspondentes, respectivamente, às sentenças (5a) e (5b):

- (6) a. Um grupo de senadores votou/*votaram a lei.
 b. Um grupo dos senadores votou/*votaram a lei.⁶¹

Em segundo lugar, os falantes não parecem ter qualquer tipo de preferência por uma leitura de grupo ou distributiva em função da forma do verbo (singular ou plural) como ocorre com o espanhol.⁶² Antes, contudo, de se descartar uma possível correspondência entre concordância verbal e leitura da partitiva, foram examinados contextos sintáticos que poderiam licenciar apenas uma possibilidade de leitura da expressão partitiva, a fim de verificar se nesses contextos uma dada forma verbal seria privilegiada.

Um primeiro contexto sintático examinado foi o de elipse nominal. Em espanhol, nomes que participam em construções de concordância *ad sensum* não podem sofrer elipse. Entre essas estruturas, estariam também as construções partitivas. De acordo com Saab (no prelo a; no prelo b), embora as sentenças com o verbo no singular sejam julgadas marginais, é possível ainda assim estabelecer um contraste entre estas sentenças e aquelas em que o verbo fica no plural.

⁶¹Na aplicação do teste de julgamento de gramaticalidade, alguns falantes perceberam um contraste entre as sentenças em (6) quando o verbo estava no plural. Foi considerada menos marginal a concordância plural com a expressão pseudo-partitiva do que com a expressão partitiva. De todo modo, em ambos os casos houve uma clara preferência pelo verbo no singular. Quando se substitui o artigo indefinido “um” por um artigo definido ou por um demonstrativo, não há dúvidas quanto a agramaticalidade da concordância plural:

*O/Aquele grupo de senadores votou/*votaram a lei.*

É possível que essas diferenças de julgamento estejam associadas ao *status* categorial atribuído à palavra “grupo” em cada sentença. Quando numa construção pseudo-partitiva, antecedido pelo indefinido, o termo “grupo”, embora não perca seu *status* de nome, parece também funcionar com uma espécie de quantificador, o que, como veremos mais adiante, pode influenciar na concordância verbal.

⁶²Mesmo para o espanhol, ao contrário do que afirma Brucart (1997), nem sempre é clara a relação entre concordância verbal e leitura de expressões pseudo-partitivas. Saab (no prelo a) cita um exemplo de sentença em que um verbo no plural concorda com uma expressão pseudo-partitiva a qual, dada a presença de um adjetivo, só pode ser atribuída uma leitura de “grupo”. Nesse caso, só deveria ser possível a concordância singular, no entanto a sentença é perfeita em espanhol:

Un numeroso grupo de hombres, mujeres y niños formaron una extensa cola.

- (7) a. ? La mayoría de los senadores votó a favor de la ley pero la ~~mayoría~~ de los diputados votó en contra.
- b. *La mayoría de los senadores votaron a favor de la ley pero la ~~mayoría~~ de los diputados votaron en contra.

No português, em sentenças semelhantes, o julgamento dos falantes consultados não foi muito claro, tendo ocorrido um estranhamento quanto à própria elipse de “maioria”, independentemente da concordância verbal. De todo modo, assim como no espanhol, também é possível capturar um contraste entre as sentenças (8a) e (8b).

- (8) a. ?A maioria dos senadores votou a favor da lei, mas a ~~maioria~~ dos deputados votou contra.
- b. *A maioria dos senadores votaram a favor da lei, mas a ~~maioria~~ dos deputados votaram contra.

Quando se verifica a aceitabilidade de sentenças com o partitivo “parte”, a elipse nominal não é possível, independentemente da concordância verbal.

- (9) a. *Uma parte dos senadores votou a favor da lei, mas uma ~~parte~~ dos deputados votou contra.
- b. *Uma parte dos senadores votaram a favor da lei, mas uma ~~parte~~ dos deputados votaram contra.

Logo, parece que a recusa à elipse de nomes que integram as expressões partitivas analisadas não está relacionada ao valor do traço de número do verbo. Note-se que, mesmo quando questões de concordância não estão em jogo, tanto “maioria” quanto “parte” **não** podem ser elididos.

- (10) a. * Na festa do departamento, eu encontrei a maioria dos alunos, mas não a ~~maioria~~ dos professores.
- b. * Na festa do departamento, eu encontrei uma parte dos alunos, mas não uma ~~parte~~ dos professores.

Em português, portanto, o contexto de elipse não permite testar se a concordância verbal está associada a uma dada leitura da partitiva, visto que são marginais ou agramaticais as construções em que há elipse do nome partitivo.⁶³

Excluído o contexto da elipse nominal, buscou-se verificar se era possível estabelecer alguma correlação entre classe aspectual do verbo e uma dada leitura da construção partitiva. A idéia de buscar essa correlação surgiu da leitura do trabalho de Nakanishi & Romero (2004) a respeito de propriedades semânticas de construções em inglês com “most”.

Partindo das classes aspectuais de Vendler (1967)⁶⁴, os autores mostram que a construção “most of the NPs” pode receber uma leitura coletiva com verbos de atividade e com verbos de *accomplishment*, mas não com verbos de *achievement* e verbos estativos. Nesse aspecto, as construções “Most of the NPs” se distanciam dos DPs definidos plural, os quais podem receber as duas interpretações independentemente da classe aspectual do verbo com que ocorrem, e se aproximam de DPs definidos com “all”, que apresentam exatamente o mesmo padrão, como pode ser observado no quadro a seguir:

⁶³Note-se que a elipse é possível quando o termo “maioria” é empregado na acepção de “grupo que, numa assembleia, reúne o maior número de votos” :

O governo conseguiu o apoio da maioria dos deputados, mas não da dos senadores.

Conforme veremos adiante, nesse caso “maioria” apresenta uma natureza claramente “lexical”, o que tem implicações estruturais relevantes. Será proposto que, nos casos em que “maioria” é um elemento lexical, irá atuar como o termo controlador da concordância. É possível, pois, que na sentença (8a) a acepção de “grupo dominante” tenha interferido nos julgamentos, levando os falantes a preferirem o verbo no singular, concordando com “maioria”. O mesmo possivelmente se aplica ao espanhol para a sentença (7a). Na seção 5.1.2, este tópico será retomado.

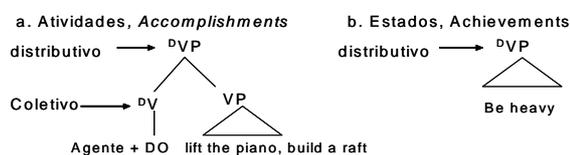
⁶⁴ Vendler (1967) propõe a classificação dos verbos em 4 classes para definir o que seria o esquema temporal subjacente do verbo, isto é, sua *Aktionsart* (modo de ação): verbos estativos, verbos de atividades, verbos de *accomplishment* e verbos de *achievement*. Os primeiros se caracterizam por não denotarem ações nem movimentos e por se manterem por um dado intervalo de tempo (*Paulo ama Maria*). Os verbos de atividades denotam um processo que não apresenta ponto de término definido (*Paulo nada bem*). A distinção entre os verbos de *accomplishment* e os verbos de *achievement* é determinada pela instantaneidade do evento. Ambos denotam eventos que apresentam um ponto final inerente, mas os de *accomplishment* correm em direção a esse ponto final (*Paulo bebeu uma garrafa inteira de vodka*) e os de *achievement* ocorrem em um momento único (*O terrorista explodiu uma bomba*). É importante, notar, contudo, que as propriedades de um predicado podem ser alteradas pela interação desse predicado com os objetos, os adjuntos e os outros elementos da oração. Logo, certos verbos podem ter um comportamento variável dependendo de sua realização na frase. Um verbo como correr, por exemplo, é classificado como de atividade na frase *Paulo corre na Lagoa*, mas como verbo de *accomplishment* na frase *Paulo correu 5 km na maratona do Rio de Janeiro*. O acréscimo da expressão “5km” ao verbo correr impõe um limite final intrínseco ao evento expresso pelo predicado determinando a mudança de classe aspectual. Assim, ao se considerar a interação entre o *Aktionsart* do verbo e a leitura do DP partitivo é preciso levar essa variabilidade em consideração.

	Verbos de estado	Verbos de atividade	Verbos de accomplishment	Verbos de achievement
DPs definidos	The bottles are too heavy to carry. Coletiva / Distributiva	The boys lifted the piano. Coletiva / Distributiva	The girls built a raft. Coletiva / Distributiva	The girls found a cat. Coletiva / Distributiva
All + DP definidos	All the bottles are too heavy to carry. *Coletiva / Distributiva	All the boys lifted the piano. Coletiva / Distributiva	All the girls built a raft. Coletiva / Distributiva	All the girls found a cat. ?Coletiva / Distributiva
Most of + DP definidos	Most of the bottles are too heavy to carry. *Coletiva / Distributiva	Most of the boys lifted the piano. Coletiva / Distributiva	Most of the girls built a raft. Coletiva / Distributiva	Most of the girls found a cat. ?Coletiva / Distributiva

Nakanishi & Romero (2004) observam que os verbos de *achievement* podem ser tomados como verbos de *accomplishment* quando se atribui algum processo a esses predicados. Isso explica a dúvida quanto à possibilidade de interpretação coletiva do sujeito de verbos de *achievement*. Assim, a única classe de verbos que parece licenciar uma única leitura da expressão “most of the NPs” é a dos estativos. Essa classe é, portanto, a que pode se mostrar relevante para se examinar a relação entre concordância verbal e leitura da expressão partitiva em português.⁶⁵

De fato, em português também se verifica a impossibilidade de leitura coletiva quando o verbo é de estado, conforme ilustram os exemplos a seguir, correspondentes aos do inglês:

⁶⁵Nakanishi & Romero (2004) explicam as diferenças entre DPs definidos plural e *all the NPs* e *Most of the NPs* a partir da análise de Brisson (1998, 2003). De acordo com esse autor, nos DPs definidos plural haveria um operador distributivo D que se aplicaria **opcionalmente** ao predicado verbal: [[be. heavy]] geraria a leitura coletiva e [[^D be.heavy]] geraria a leitura distributiva. Já *all* sinalizaria a presença de um **operador distributivo**. Além disso, Brisson considera que predicados que expressam atividades e *accomplishments*, mas não os predicados estativos e de *achievements*, seriam decompostos em 2 VPs: um VP mais baixo cujo núcleo seria um estado e um VP mais alto cujo núcleo seria um verbo abstrato DO. Esse verbo abstrato DO compreenderia um conjunto de ações (um conjunto de *doings*) necessárias à realização da ação expressa pelo predicado em questão (p.ex., construir uma canoa envolveria um conjunto de *Doings* –pegar madeira, martelar, etc.). Haveria, pois, dois locais possíveis de inserção do operador D para verbos de atividade e de *accomplishment*. A leitura distributiva seria obtida a partir da inserção do operador distributivo no VP mais alto e a coletiva com a anexação do operador ao verbo abstrato DO. Assim, na sentença *All the boys lifted the piano*, a leitura distributiva significaria que para cada menino há um evento diferente de erguer o piano. Já, na leitura coletiva, para cada menino haveria um evento diferente de *Doing* que seria parte de um evento único coletivo correspondente a erguer. No caso dos predicados estativos e de *achievement*, como eles não apresentam um núcleo DO, só seria possível anexar o operador D ao VP mais alto, logo apenas a leitura distributiva seria gerada. Nakanishi & Romero estendem essa análise a *most of the NPs*, dado que essa construção apresenta o mesmo padrão que *all of the NPs* em relação às possibilidades de leitura associadas a cada classe aspectual do verbo.



- (11) a. A maioria das garrafas era muito pesada para carregar. (verbo de estado: *coletiva/distributiva)
- b. A maioria dos rapazes ergueu o piano. (verbo de atividade: coletiva/distributiva)
- c. A maioria das garotas construiu um bote. (verbo de *accomplishment*: coletiva/distributiva)
- d. A maioria das garotas achou um gato. (verbo de *achievement*: ?coletiva/distributiva)

Isso não significa, contudo, que certos verbos pertencentes a outras classes aspectuais também não possam privilegiar uma dada leitura do DP ou até mesmo limitar a leitura do DP a uma dada interpretação. Um verbo de atividade como *nadar*, por exemplo, parece deflagrar uma leitura distributiva da partitiva:

- (12) A maioria dos alunos nada bem.

Assim, embora seja interessante essa relação entre leitura da partitiva e classe aspectual, ela precisa ser vista com cuidado, considerando-se tanto a própria complexidade envolvida na definição da classe aspectual quanto particularidades semânticas relacionadas à possibilidade de a ação expressa pelo verbo ser realizada individualmente ou ser uma ação dependente de implementação coletiva.

Retomando a questão da concordância verbal, buscou-se verificar, a partir de consulta informal a um grupo de falantes, se em sentenças com DPs partitivos na posição de sujeito de verbos estativos haveria uma preferência pela concordância plural, já que essa classe aspectual parece privilegiar uma leitura distributiva do partitivo e o verbo no singular estaria associado a uma leitura “coletiva” do sujeito:

- (13) a. A maioria das caixas era muito pesada para se carregar.
a'. A maioria das caixas eram muito pesadas para se carregar.
- b. A maioria das crianças acredita em Papai Noel.
b'. A maioria das crianças acreditam em Papai Noel.

- c. Uma parte dos jogadores estava no hotel da concentração.
- c'. Uma parte dos jogadores estavam no hotel da concentração.

- d. Uma parte dos alunos gosta da aula de matemática.
- d'. Uma parte dos alunos gostam da aula de matemática.

Embora alguns falantes expressem uma preferência pelo verbo no singular, possivelmente determinada por pressões do ensino formal, as sentenças dos pares acima são consideradas gramaticais, o que sugere ser necessário dissociar a questão da escolha da forma verbal de possíveis leituras atribuídas à construção partitiva.

Ainda no sentido de tentar excluir uma possível relação entre concordância verbal e leitura da partitiva, procurou-se delimitar um contexto sintático que licenciasse apenas a leitura de grupo do DP partitivo.

De acordo com Mioto & Negrão (2003, p.28), as sentenças clivadas em português apresentam foco identificacional e a posição de foco identificacional, de acordo com Kiss (1998), só pode ser ocupada por sintagmas denotadores de grupo. Isso explicaria o contraste entre as sentenças (14a) e (14b) abaixo, as quais têm a posição de foco ocupada respectivamente por um sintagma denotador de grupo e por um sintagma distributivo⁶⁶:

- (14) a. Foram várias bolsas que Maria comprou naquela loja.
- b. *Foi cada bolsa que a Maria comprou naquela loja.

Se a leitura distributiva ou de grupo da partitiva for determinada pela concordância verbal, podemos imaginar que apenas serão licenciadas na posição de foco da clivada as partitivas que estabelecerem concordância no singular com o

⁶⁶De acordo com Mioto & Negrão (2003), Kiss (1998) explica a agramaticalidade da sentença com o sintagma distributivo a partir da teoria sintática do escopo de sintagmas quantificados proposta por Beghelli & Stowell (1997), a qual é retomada por Szabolcsi (1997) para tratar da estrutura sentencial do húngaro. Para detalhes acerca da noção de foco identificacional, ver Mioto & Negrão (2003).

verbo da oração encaixada.⁶⁷ No entanto não é isto o que se observa nas sentenças abaixo:

- (15) a. Foi a maioria dos alunos que elegeu o diretor.
 a'. Foi a maioria dos alunos que elegeram o diretor.
- b. Foi a maioria dos deputados que depôs o ministro.
 b'. Foi a maioria dos deputados que depuseram o ministro.
- c. Foi uma parte dos passageiros que empurrou a Kombi.
 c'. Foi uma parte dos passageiros que empurraram a Kombi.
- d. Foi uma parte dos funcionários que pediu aumento.
 d'. Foi uma parte dos funcionários que pediram aumento.

A leitura coletiva do partitivo é assegurada independentemente da concordância verbal estabelecida entre a construção partitiva e o verbo da oração encaixada. Logo, assim como na situação dos verbos estativos que impõem uma leitura distributiva da partitiva, não parece haver relação entre concordância verbal e leitura da construção partitiva.

5.1.2

Estrutura das partitivas e dupla possibilidade de concordância

Não há trabalhos em português que examinem especificamente a estrutura das construções partitivas e o problema da concordância verbal. Há, não obstante, estudos sob a perspectiva da Teoria da Variação Lingüística que fazem referência às construções partitivas na investigação da concordância verbal com sujeitos de estrutura complexa (Scherre & Naro, 1998; Naro & Scherre, 2000; Scherre, 2002). Sob esse rótulo são analisadas construções do tipo [núcleo + sintagma

⁶⁷Para uma discussão acerca da estrutura de sentenças clivadas, ver Miotto & Negrão (2003). Neste trabalho duas estruturas são consideradas: uma em que o CP encaixado é relativo e uma small clause é o complemento da cópula (análise de Lopes Rossi, 1994, com base em Kato, 1993) e outra em que o CP encaixado é o complemento da cópula (Kiss, 1998). Neste trabalho a adoção de uma ou outra estrutura não acarreta problemas para a questão considerada.

preposicionado], entre as quais se incluem, além das construções partitivas, expressões que indicam percentual e DPs complexos não-quantitativos, como os analisados neste trabalho em experimentos de indução de erros de concordância. Partindo de dados de língua escrita de pessoas escolarizadas (jornais, revistas, livros, atas, prospectos), Scherre & Naro investigam os fatores responsáveis pela variação na concordância verbal. Os autores trabalham com a hipótese de que a concordância verbal não seria governada pelo sujeito da oração, mas sim por um conjunto de traços que se concentrariam primordialmente nessa posição sintática. Assim, quando esses traços estivessem concentrados em outra posição, o controle da concordância poderia ser assumido por outro sintagma que não ocupasse a posição de núcleo do sujeito. Logo, na existência de dois ou mais candidatos a assumir o controle da concordância verbal, a definição do elemento controlador da concordância seria feita a partir de uma hierarquia de traços, como o traço sintático de número [+plural], o traço semântico [+humano] e um traço ligado à saliência fônica da oposição desinencial das formas verbais [+saliente]. Note-se que, nessa perspectiva, não haveria casos especiais de concordância; a concordância com o núcleo do sujeito ou a concordância com um elemento nominal do modificador seriam variantes lingüísticas tanto nas partitivas como nas demais estruturas. Essa visão não parece ser apropriada para pensar o processamento da concordância verbal, dado que a concordância plural com DPs complexos não-quantitativos é avaliada como agramatical pelos falantes da língua, a despeito de haver ocorrências dessa concordância tanto na fala quanto na escrita. Parece ser produtivo pensar nessas ocorrências como falhas de processamento e tentar determinar o momento em que tais falhas ocorreriam.

Dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa, as construções partitivas têm sido examinadas desde os primeiros momentos da teoria⁶⁸. De acordo com Girbau (2003), as diferentes propostas acerca da estrutura das construções partitivas diferem quanto ao *status* e à posição atribuída aos quantificadores e também quanto à relação entre os quantificadores e o nome. São pontos de discussão se os quantificadores são categorias funcionais ou lexicais, se apresentam uma projeção QP (*quantifier phrase*) própria ou não, se agem como

⁶⁸Ver Cardinaletti & Giusti (no prelo) para uma apresentação concisa das propostas mais representativas sobre construções partitivas desenvolvidas no quadro teórico da Gramática Gerativa nos últimos 40 anos.

modificadores do nome ou como um núcleo que seleciona o nome. Também há posições divergentes quanto ao *status* e ao papel desempenhado pelo elemento preposicional – se atuaria como um marcador de caso ou como uma preposição.

Neste trabalho, pretendemos contribuir para essa discussão, apontando aspectos das construções partitivas envolvendo “maioria” e “parte” que sugerem que estes nomes ora atuariam como núcleos lexicais, que selecionariam DPs definidos, ora atuariam como elementos funcionais, modificadores dos DPs definidos.⁶⁹

Para que se possa entender melhor essa natureza *ambígua* de “maioria” e “parte”, é interessante recorrer à classificação semântica que Peres & Moia (1995) propõem ao analisar sujeitos de estrutura de quantificação complexa em português europeu, em estudo de orientação descritiva acerca da concordância verbal.

Os autores dividem os sujeitos de estrutura de quantificação complexa em três subclasses semânticas: i) **quantificadores de contagem**, que servem para exprimir quantidades de objetos, sejam essas quantidades absolutas (um **milhar** de congressistas, uma **dezena** de empresas) ou relativas (**metade** dos alunos, um **terço** das provas; a **maioria** dos deputados; uma **parte** das pessoas); ii) **quantificadores de medição**, em que as expressões não são usadas para contagem, mas para indicar porções de objetos (uma **parte** do palácio; um **troço** da estrada); iii) **nomes de referência dependente**, que também não quantificam objetos, mas servem para referir coleções de objetos (um **grupo** de amigos; este **conjunto** de quadros). A noção de referência dependente advém do fato de essas expressões não poderem estabelecer referência de forma independente, elas precisam se combinar a nomes para indicar coleções de objetos; segundo os autores, tais nomes “funcionam de modo subsidiário na definição de entidades grupais”.

Quanto à concordância, tanto no português europeu quanto no português brasileiro, os sujeitos com quantificadores de contagem admitem a concordância com o segundo nome. Já os sujeitos com termos de medição e com nomes de referência dependente apenas admitem a concordância com o primeiro nome.

⁶⁹Ao longo deste capítulo, empregou-se “primeiro nome” e “segundo nome” para fazer referência aos elementos que compõem as expressões partitivas, respectivamente, o termo partitivo e o substantivo plural definido. Trata-se de conveniência terminológica, pois, de acordo com a análise apresentada, o partitivo pode comportar-se como um quantificador.

Voltando à análise específica das construções partitivas, considera-se neste trabalho a seguinte hipótese: “maioria” e “parte” apresentariam um status categorial “ambíguo”. Ao lado de uma natureza funcional, que lhes permitiria realizar operações de quantificação sobre nomes, também apresentariam uma natureza lexical, com um comportamento semelhante ao de verdadeiros núcleos nominais. No primeiro caso, o nome plural modificado por “maioria” ou “parte” seria o termo controlador da concordância; no segundo caso, “maioria” e “parte” deteriam o controle da concordância. Em termos da terminologia de Peres & Moia (1995), poder-se-ia dizer que “maioria” e “parte”, além de “quantificadores de contagem”, também pertenceriam, respectivamente, às subclasses semânticas de “termos de referência dependente” e “quantificadores de medição”.

Assim, o que a gramática tradicional denomina de concordância “facultativa” na verdade não teria nada propriamente de “facultativo” na medida em que cada alternativa de concordância corresponderia a uma dada representação sintática da expressão partitiva, a qual, por sua vez, seria função do *status* categorial de “maioria” e “parte”. A sentença com o verbo no singular e a sentença com o verbo no plural seriam geradas a partir de Numerações diferentes, com “maioria” e “parte” correspondendo a conjuntos distintos de traços em cada caso⁷⁰. No entanto, como em geral a fronteira entre lexical e funcional para os termos “maioria” e “parte” fica “esmaecida”, tem-se a falsa impressão de que o emprego do verbo no singular ou no plural é apenas uma questão estilística. Contudo, como será visto a seguir, é possível encontrar contextos em que a distinção fique mais nítida.

Um desses contextos é o de modificação dos termos “maioria” e “parte” por adjetivo. Considerando-se que adjetivos modificam elementos nominais, dever-se-ia esperar que a concordância verbal singular fosse favorecida em sentenças nas quais um adjetivo modificasse “maioria” e “parte”.

(16) a. A grande maioria dos alunos reclamou/?*reclamaram da prova de matemática.

⁷⁰Uma questão que certamente carece de investigação é como seria a representação lexical dos termos “maioria” e “parte”. O fato de apresentarem comportamentos distintos quando atuando como elementos funcionais e como elementos lexicais justificaria a postulação de representações lexicais separadas ou seria mais adequado considerar a existência de elementos semi-lexicais (ou semi-funcionais), que poderiam apresentar um comportamento híbrido?

- b. A maioria inteligente dos alunos conseguiu/*conseguiram fazer o trabalho.
- c. Uma grande/boa parte dos alunos reclamou/?*reclamaram da prova de matemática.
- d. Uma parte considerável dos alunos conseguiu/*conseguiram fazer o trabalho.

O acréscimo do adjetivo parece favorecer a forma singular do verbo, em particular nos casos em que o adjetivo ocorre posposto a “maioria” e “parte”, como em (16b) e (16d). Quando o adjetivo ocorre anteposto ao termo “maioria”, como nas sentenças (16a) e (16c), é mais difícil fazer um julgamento tão claro, mas a forma singular é de todo modo melhor.⁷¹

Ainda em relação aos exemplos em (16), cumpre destacar o sentido de “maioria” na sentença (16b). Quando “maioria” é modificado por um adjetivo qualificativo, a acepção que parece estar em jogo é a de “grupo dominante”. Nessa acepção, o termo “maioria” pode, inclusive, ocorrer sem o sintagma preposicionado, em frases como “O Governo não conta com a maioria no Congresso”; “As meninas eram a maioria na festa”; “O líder da maioria/minoria no Senado”.⁷²

Cumpre também retomar o que foi dito na nota 62 quanto à possibilidade de elipse de “maioria”. Quando este termo é empregado com a acepção de “grupo dominante” a elipse não parece alterar a boa-formação da sentença. Contraste-se a esse respeito a sentença (17a), que retoma o exemplo da nota 62, com a sentença (17b):

- (17) a. O governo conseguiu o apoio da maioria dos deputados, mas não da ~~maioria~~ dos senadores.
- b. ?O presidente cumprimentou a maioria dos deputados, mas não a ~~maioria~~ dos senadores.

⁷¹É possível que essas diferenças de julgamento sejam um reflexo de uma distinção mais geral entre adjetivos que podem aparecer antes do nome em PB. A classe é bem restrita e envolve idiosincrasias de interpretação: homem grande/grande homem. Note-se, por exemplo, que “boa parte” não se refere a uma parte que é boa.

⁷²O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* apresenta ainda um sentido obsoleto de “condição do que é melhor; supremacia, primazia, excelência <sua obra, pela inequívoca maioria que manifestava sobre as demais, foi a premiada. <a maioria do desprendimento>”.

A gramaticalidade de (17a) estaria ligada a um emprego de “maioria” como um nome e a marginalidade de (17b) estaria associada a um emprego de “maioria” como quantificador. Como será visto a seguir, outros nomes quantitativos exibem um comportamento bastante semelhante ao de “maioria”, sendo a elipse licenciada apenas nos casos em que apresentam uma natureza claramente lexical.

O termo “parte”, por sua vez, além de realizar quantificações sobre nomes, pode indicar uma porção de um objeto. Como quantificador, “parte” seria um modificador do nome plural e não poderia controlar a concordância. Já como termo de medição, ele seria o núcleo controlador da concordância e tomaria o DP definido como complemento. Observe-se que, no exemplo a seguir, “parte” foi empregado com a acepção de “área, espaço delimitado” e funciona como o controlador da concordância:

- (18) a. Uma parte do museu foi destruída.
 b. *Uma parte do museu foi destruído.

Em relação a essa natureza “ambígua”, o termo “parte” apresentaria um comportamento semelhante ao de nomes quantitativos como “montón”, “pila” em espanhol, os quais podem assumir uma leitura quantitativa ou uma leitura descritiva (cf. Saab, no prelo a).

Em espanhol, a sentença “Hay un montón de libros”, apresenta as seguintes leituras:

Leitura quantitativa: Há muitos livros.

Leitura descritiva: Há um objeto físico constituído por livros.

Cada leitura, por sua vez, só pode ocorrer com um tipo de concordância: quando a leitura é descritiva, o verbo concorda com “montón” e fica no singular; quando é quantitativa, o verbo concorda com “libros” e fica no plural:

- (19) a. Se me cayó un montón de libros (apenas descritiva)
 b. Se me cayeron un montón de libros (apenas quantitativa)

Saab (no prelo a) observa ainda que os nomes quantitativos, no contexto de elipse, apenas admitem uma leitura descritiva:

- (20) a. Tengo una pila de camisas para planchar (leitura descritiva ou quantitativa)
 b. Tengo una pila de camisas y una ~~pila~~ de pantalones para planchar (leitura descritiva)

No português, verifica-se exatamente o mesmo padrão. Nomes quantitativos “monte” e “pilha” também são ambíguos entre uma leitura descritiva e uma leitura quantitativa e há uma correspondência entre concordância e leitura. Além disso, a elipse também deflagra apenas uma leitura descritiva:

- (21) Há um monte de livros sobre a mesa (leitura descritiva ou quantitativa)
 Um monte de livros caiu. (leitura descritiva)
 Um monte de livros caíram (leitura quantitativa)
- (22) Havia um monte de livros e um ~~monte~~ de revistas sobre a mesa. (leitura descritiva)

Voltando à análise do nome partitivo “parte”, verificamos que, assim como os quantitativos, ele pode assumir leituras distintas, uma quantitativa e outra que se aproximaria da leitura descritiva, com a particularidade de expressar uma idéia de medição.

Quanto à concordância, foi visto no exemplo (18a) que, quando “parte” tem o sentido apenas de “área”, isto é, só existe a leitura descritiva, a concordância é feita com o primeiro nome. Numa sentença em que tanto a leitura quantitativa quanto a descritiva podem ser atribuídas ao nome partitivo, o verbo no singular, concordando com o primeiro nome, permite ambas as leituras, como em (23a). Já quando o verbo está no plural, concordando com o segundo nome, como em (23b), apenas a leitura quantitativa é licenciada.

- (23) a. Uma parte dos presídios era ocupada por criminosos perigosos. (leitura descritiva ou quantitativa)
 b. Uma parte dos presídios eram ocupados por criminosos perigosos. (leitura quantitativa)

Em relação à elipse, foi visto no exemplo (10b), aqui retomado como (24a), que os falantes tendem a recusar as sentenças em que apenas uma leitura quantitativa pode ser atribuída ao nome “parte”. Na sentença (24b), em que “parte” admite uma leitura descritiva, a elipse é possível. Os julgamentos, contudo, não são tão claros como no caso de nomes como “monte” e “pilha”. Isso possivelmente ocorre porque, nas duas leituras, “parte” realiza algum tipo de delimitação sobre um dado conjunto, tanto é assim que na classificação de Peres & Mória (1995), “parte” pode ser classificado como um quantificador de contagem ou como um quantificador de medição.

(24) a. * Na festa do departamento, eu encontrei uma parte dos alunos, mas não uma ~~parte~~ dos professores. (leitura quantitativa)

b. O arquiteto está seguindo uma nova tendência de decoração nos apartamentos da Gafisa. Nos prédios do condomínio Novo Mundo, ele mandou azulejar só uma parte das cozinhas e uma ~~parte~~ dos banheiros. O restante será pintado. (leitura descritiva/ ?leitura quantitativa).

Um último aspecto a ser observado em relação à ambigüidade de “parte” é o papel desempenhado pelo artigo indefinido que o antecede. Saab (no prelo a) nota que, quando o nome quantitativo tem como determinante um artigo definido ou um demonstrativo, só é possível a leitura descritiva. Assim, na frase a seguir, só é possível a leitura de “montón” como objeto físico:

(25) Dame ese montón de libros.

O mesmo se observa para o nome “parte”:

(26) O setor dos presídios onde ficam os criminosos perigosos foi destruído nas últimas rebeliões. Essa parte dos presídios precisa de reforma urgente.

Sintetizando as idéias apresentadas, pode-se dizer que a análise de “maioria” e “parte” sugere que as duas alternativas de concordância com

expressões partitivas estariam associadas à natureza “híbrida” do primeiro nome das partitivas. Este tanto poderia funcionar como um elemento lexical quanto como um elemento funcional. No primeiro caso, o verbo concordaria com “maioria” e “parte”; no segundo caso, com o segundo núcleo nominal. Essa idéia é compatível com análises que atribuem uma natureza semi-lexical (ou semi-funcional) a termos de medida em expressões pseudo-partitivas (Alexiadou, Haegman & Stavrou, 2003; Stickney, 2004)⁷³.

⁷³Alexiadou, Haegman & Stavrou (2003) propõe que o primeiro nome das expressões pseudo-partitivas seria um núcleo semi-funcional que teria tanto traços funcionais quanto lexicais. Isso permitiria que esses termos apresentassem tanto propriedades associadas a nomes, quanto servissem como projeções funcionais. Essa natureza “híbrida” do primeiro termo de expressões pseudo-partitivas se reflete no modo como tais expressões se comportam em relação a restrições de seleção semântica de verbos e à modificação por adjetivos. Nos exemplos (1) e (2) a seguir, dependendo das restrições semânticas dos verbos, ou o primeiro ou o segundo termo da expressão pseudo-partitiva é selecionado:

- (1) a. Eu **quebrei** uma garrafa de vinho.
 b. Eu **embrulhei** uma caixa de bombons.
- (2) a. Eu **bebi** uma garrafa de vinho.
 b. Eu **comi** uma caixa de bombons.

O fato de “garrafa” e “caixa” poderem ser selecionados semanticamente pelos verbos em (1) evidencia sua natureza nominal; já em (2) esses termos apenas modificam os núcleos nominais que são selecionados pelo verbo, no caso “vinho” e “bombons”.

Em relação à modificação por adjetivos, observe-se o que ocorre quando se acrescenta, às sentenças em (2), um adjetivo modificador do primeiro nome:

- (3) a. Eu **bebi** uma *garrafa* de **vinho** *pesada*.
 b. Eu **comi** uma *caixa* de **bombons** *amarela*.

A modificação pelo adjetivo requer a leitura lexical de “garrafa” e “caixa” e com isso há, em (3a), uma violação dos requerimentos de seleção do verbo “beber”, e em (3b), um estranhamento do ponto de vista pragmático.

O mesmo não ocorre quando se acrescenta o adjetivo às expressões pseudo-partitivas em (1), pois nesses exemplos os traços nominais de “garrafa” e “caixa” estão ativos.

- (4) a. Eu **quebrei** uma *garrafa* de vinho *pesada*.
 b. Eu **embrulhei** uma *caixa* de bombons *amarela*.

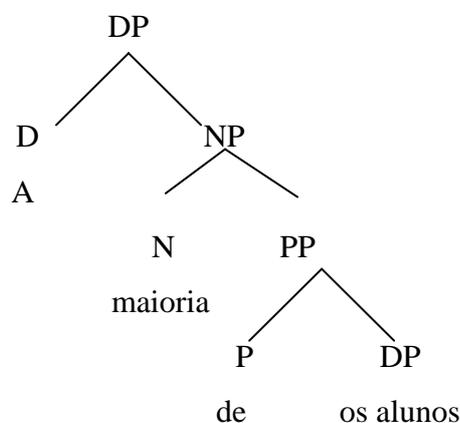
5.1.2.1

Análise proposta

Considerando-se a dupla natureza categorial dos nomes “maioria” e “parte”, duas possibilidades de representação sintática das expressões partitivas podem ser propostas.

Como itens lexicais, “maioria” e “parte” seriam núcleos de um NP, o qual teria como complemento um sintagma preposicional contendo o DP definido plural. A representação a seguir ilustra a estrutura da construção partitiva:

(27)



Para os casos em que “maioria” e “parte” atuariam como quantificadores de nomes, propõe-se uma análise das construções partitivas em termos de uma estrutura de *Small Clause*, em que o quantificador ocuparia a posição de predicado da *Small Clause* e o DP definido, a posição de sujeito da *Small Clause*.

As estruturas de *Small Clause* vêm sendo empregadas para caracterizar desde um conjunto de construções que expressam relações semânticas de posse alienável (*o carro do menino*), posse inalienável (*o braço do menino*), relações de continente/conteúdo (*a garrafa de cerveja*), até sintagmas que envolvem numerais preposicionais (*acima de 100 crianças, entre 10 e 20 crianças*) (Hornstein, Rosen & Uriagereka, 1994; Uriagereka, 1996; Castillo, 2001; Corver & Zwarts, 2004).⁷⁴

⁷⁴As relações semânticas de parte/todo, conteúdo/continente, possuído/possuidor podem ser analisadas como manifestações de uma relação semântica mais geral, chamada relação R (cf. Hornstein, Rosen & Uriagereka, 1994; Uriagereka, 1996). De acordo com Uriagereka (1996), essas relações podem ser concebidas em termos de Espaços conceituais delimitados topologicamente. Um dos elementos da relação R representaria o Espaço conceitual (*Conceptual Space*) e o outro elemento, a sua Apresentação (*Presentation*). O Espaço seria determinado de

Parece-nos adequado recorrer a uma estrutura de *Small Clause* para caracterizar as partitivas, já que, por um lado, estas aproximam-se das construções de posse inalienável em termos de predicação semântica, pois expressam relação de parte/ todo, e, por outro, assemelham-se aos numerais preposicionais, visto que realizam uma espécie de operação de contagem sobre o conjunto expresso pelo DP definido.

Neste trabalho, propomos para as partitivas em que “maioria” e “parte” funcionam como quantificadores uma estrutura semelhante a das construções com numerais preposicionais, apresentada por Corver & Zwarts (2004).

Esses autores observam que os numerais preposicionais em holandês podem ocorrer tanto antes quando depois do nome:

(28) a. Er staan getallen boven de 100 op het bord (Corver & Zwarts, 2004, ex. 50)

‘Há números acima de 100 no quadro-negro.’

b. Er staan boven de 100 getallen op het bord

‘Há acima de 100 números no quadro-negro.’

Segundo Corver & Zwarts, o mesmo PP “boven de 100” predicaria sobre números individuais posnominalmente (caso (a)) e sobre a cardinalidade de conjuntos pré-nominalmente (caso (b)). O PP funcionaria como um predicador de primeira-ordem na primeira sentença e um predicador de segunda ordem no último caso, através de um operador de cardinalidade. O operador de cardinalidade estaria na base da posição pré-nominal.

Supondo-se que cardinalidade esteja associada a uma posição configuracional específica, SpecNumP, o NUM atribuiria a propriedade de cardinalidade a um elemento em Spec,NumP. A idéia é que cardinalidade não seria uma propriedade semântica inerente de palavras ou sintagmas, mas uma das funções que expressões referentes a número podem assumir. Corver & Zwarts apresentam duas possibilidades de implementação dessa idéia: uma possibilidade

acordo com detalhes da Apresentação a ele imposta. No caso das relações de parte/todo, o Espaço corresponderia ao elemento que expressa a idéia de “todo” e a Apresentação, ao elemento que expressa a idéia de “parte”. Essa relação semântica seria mapeada sintaticamente na estrutura da *Small Clause*, com o Espaço na posição de sujeito e a Apresentação na posição de predicado.

seria que PPs seriam gerados na base, em Spec,NumP e receberiam sua interpretação cardinal de NUM. Nesse caso cardinalidade seria uma espécie de papel temático atribuído por NUM ao seu especificador, de modo similar ao que ocorreria na atribuição de papel de possuidor pelo marcador de possessividade “-s” ao especificador em inglês.

- (29) [NumP[PP rond de 20] [Num' NUM [NP kinderen]]] (Corver & Zwarts, 2004, ex.51b)
 ‘em torno de 20 crianças’

A outra alternativa é que o numeral preposicional em Spec,NumP começaria em um domínio lexical e seria movido para Spec,NumP para fins de checagem de um traço de cardinalidade [card]:

- (30) [NumP [PP rond de 20]_i [Num' NUM [NP kinderen t_i]]] (Corver & Zwarts, 2004,
 ex. 52b)
 ‘em torno de 20 crianças’

Essa mesma estrutura é proposta para os numerais cardinais, sendo que no lugar de um PP haveria um numeral:

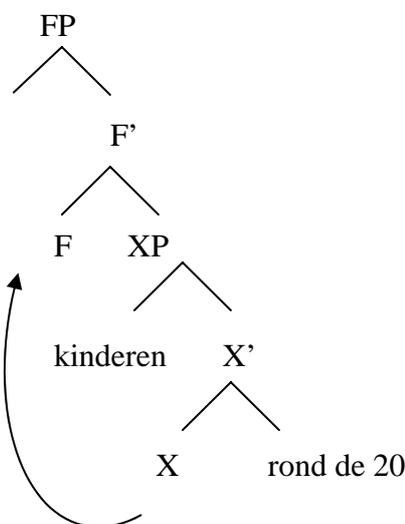
- (31) [NumP [numeral 20]_i [Num' NUM [NP kinderen t_i]]] (Corver & Zwarts, 2004, ex.
 52a)
 ‘20 crianças’

Esse deslocamento dos numerais preposicionais e dos numerais cardinais para Spec,NumP seria uma instância de movimento de predicado interno ao DP, que também ocorreria nas construções de posse, de conteúdo/continente e de parte/todo.

Um problema que se coloca para esse tipo de estrutura diz respeito à Minimalidade, pois, ao se mover para Spec,NumP, o numeral preposicional precisa passar por *kinderen*, o que parece se configurar como um movimento não local. Segundo Corver & Zwarts, esse movimento de predicado pode ser tomado como uma operação local se for adotada a noção de domínio mínimo estendido e de equidistância nos termos de Chomsky (1993). A idéia é que o predicado

poderia cruzar por sobre o sujeito da *Small Clause* desde que ambos estivessem tecnicamente equidistantes, isto é se estivessem dentro do mesmo domínio mínimo. Essa condição seria assegurada da seguinte maneira: o predicado deslocado seria originário de uma *Small Clause* interna ao DP. Nessa *Small Clause*, o predicado seria o complemento do núcleo e o sujeito seria o especificador. Acima da *Small Clause* haveria uma projeção funcional FP e o predicado se moveria para o especificador dessa projeção. Antes do movimento do predicado, contudo, haveria um movimento do núcleo da *Small Clause* para o núcleo da projeção funcional FP (no caso, NumP), o que teria como consequência a criação de um domínio mínimo estendido que passaria a conter tanto o predicado quanto o sujeito da *Small Clause*. Graças a essa operação, o numeral preposicional e o nome passariam a estar tecnicamente equidistantes do domínio de extração do predicado, o que licenciaria o movimento do predicado por sobre o sujeito da *Small Clause*, sem violação de minimalidade. A representação em (32) permite visualizar como seria a estrutura proposta:

(32)



É importante notar que, em algumas línguas, o resultado do *Spell-out* do núcleo complexo pode ser um morfema, uma espécie de cópula nominal. Isso se observa, por exemplo, nos numerais preposicionais em romeno, conforme exemplo abaixo reproduzido de Corver & Zwarts:

(33) [[sub 20] de copii] (Cover & Zwarts, 2004, ex. 55a)

Below 20 of children

'menos do que 20 crianças'

No exemplo (33), o “de” corresponderia ao *Spell-out* do núcleo complexo, resultante do movimento do núcleo X da *Small Clause* para o núcleo funcional F. A estrutura em (34) representa o movimento do predicado:

(34) $[_{FP} [\text{sub } 20]_j [_F \text{ F} + \text{X}_i (=de) [_{XP} \text{ copii } [X'_{ti} \text{ t}_j]]]]]$ (FP=NumP) (Cover & Zwarts, 2004, ex. 55b)

Em português, as construções partitivas com “maioria” e “parte” como quantificadores apresentariam uma estrutura bastante semelhante a dos numerais preposicionais. O termo “maioria” e “parte” seriam o predicado de uma *Small Clause* que teria como sujeito o DP plural. O núcleo da *Small Clause* se moveria para o núcleo de uma projeção funcional mais alta na estrutura, dando origem ao núcleo complexo (F+X); esse movimento criaria um domínio mínimo estendido que permitiria o movimento do predicado para o Spec,NumP.

Adaptando-se a estrutura em (34) para as partitivas no português, teríamos a seguinte representação:

(35) $[_{FP} [a \text{ maioria}]_j [_F \text{ F} + \text{X}_i (=de) [_{XP} \text{ os meninos } [X'_{ti} \text{ t}_j]]]]]$ ⁷⁵

Uma questão que se coloca é o que deflagra o movimento do predicado nas construções partitivas. Enquanto nos numerais preposicionais, atribui-se o movimento à checagem de um traço não-interpretável de cardinalidade presente no núcleo da projeção funcional FP, esse movimento nas partitivas parece ser deflagrado pela necessidade de se checar (ou valorar) um traço de partitividade. O termo partitivo é que possuiria um traço [part] interpretável e, por isso, se moveria para o Spec, FP.

⁷⁵Uma estrutura semelhante é proposta por Girbau (2003) para dar conta de construções partitivas do tipo “three of the children”. Nesse texto, Girbau apresenta uma análise unificada de partitivas e do que ela chama de quantitativos, expressões do tipo “three children”. O propósito do artigo é mostrar que é possível dar conta da estrutura das partitivas sem precisar recorrer a um nome vazio (three [e]N1 of the children N2), conforme originalmente proposto por Jackendoff (1977). Girbau, com base na hipótese do DP de Kayne (1994), propõe que o elemento quantitativo em ambas as construções seria gerado como um predicado em uma posição mais baixa na árvore e que o nome seria o sujeito dessa estrutura. O elemento quantitativo seria alçado para uma posição mais alta na árvore e atuaria como um determinante. Girbau sinaliza que as construções que denotam idéia de parte/todo possivelmente apresentam uma estrutura semelhante à das demais partitivas. Deixa, contudo, em aberto a discussão acerca dessas construções.

Em relação ao “de” que liga o quantificador ao DP definido, assumindo-se o quadro teórico da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993), considera-se que este seria inserido após *Spell-out*, como resultado de uma operação morfológica. A preposição seria uma expressão fonológica do traço partitivo presente na projeção funcional FP.

A esse respeito, cumpre notar que em português a preposição “de”, quando em domínios nominais, é semanticamente neutra, podendo expressar relações semânticas diversas. Segundo Avelar (2005a, 2005b, 2006a), a preposição “de” poderia ser considerada o exemplar mais funcional de sua categoria, não sendo possível atribuir-lhe um significado sem ancoragem num contexto determinado. Como evidências dessa neutralidade semântica da preposição “de”, Avelar menciona a possibilidade de substituí-la por outras preposições, sem aparente prejuízo de significado, e a possibilidade de inverter a ordem dos constituintes que são ligados por “de” sem que o papel semântico desses constituintes sofra alteração. Em relação à substituição por outras preposições, Avelar mostra que, enquanto a preposição “de” pode ocorrer em diferentes contextos, as outras preposições não são intercambiáveis entre si. Veja-se, a esse respeito, o conjunto de exemplos em (36), reproduzidos de Avelar (2005a):

- (36) a. Aquele rapaz de/com cabelos longos perguntou pela Ana
 b. O leite da/na geladeira é para fazer bolo.
 c. Roupa de/para criança custa caro.
 d. A notícia do/sobre o acidente vai ser um choque para a família da vítima.

Quanto às possibilidades de inversão de constituintes relacionados por “de”, os exemplos em (37), também reproduzidos de Avelar (2005a), ilustram que a relação semântica expressa pelos constituintes é preservada a despeito de mudanças de ordem, diferentemente do que ocorre com outras preposições, em que a posição dos constituintes precisa ser fixa:

- (37) a. As praias famosas da cidade vão ficar lotadas no verão.
 b. A cidade das praias famosas vai receber muitos turistas no verão.
 c. As praias famosas *com/em/*p(a)ra a cidade vão ficar lotadas no verão.
 d. As cidades com/*em/*p(a)ra as praias famosas vai receber muitos turistas.

Há ainda um outro fato que constitui evidência para o vazio semântico da preposição “de” – o licenciamento de construções existenciais. De acordo com Avelar, vários trabalhos têm indicado a necessidade de essas construções lançarem mão de uma coda⁷⁶ para serem licenciadas. Atribui-se a necessidade da coda ao fato de o verbo existencial consistir num item semanticamente fraco, que seria incapaz de estabelecer uma relação predicativa suficiente com o complemento. Assim, de modo a poder sustentar a predicação, tornando a sentença aceitável, a coda seria inserida. Considerando-se, pois, essa propriedade dos verbos de sentenças existenciais, dever-se-ia esperar que sintagmas nucleados pela preposição “de” não possam licenciar construções existenciais, dado o vazio semântico dessa preposição. E é o que ocorre, como ilustram os seguintes exemplos de Avelar (2005a):

- (38) a. *Tem uma calça.
 b. *Tem uma calça **do** Roberto.
 c. Tem uma calça (**do** Roberto) **com** o Pedro.
 d. Tem uma calça (**do** Roberto) **na** casa do Pedro.
 e. Tem uma calça (**do** Roberto) **para** o Pedro lavar.

A coda nucleada por “de” não pode licenciar a sentença existencial (cf. 38b); é necessário uma ancoragem contextual para que a sentença possa ser considerada bem-formada (38c, d, e).

Avelar (2005a) busca uma explicação para essa neutralidade da preposição “de” em termos do ponto da derivação da sentença em que este item seria inserido. O item “de” seria inserido pós-sintaticamente, após *Spell-out* e, em função disso, não teria efeito no componente semântico. Isto porque, na arquitetura da gramática assumida no Programa Minimalista (Chomsky 1995), o componente semântico não teria acesso às operações que ocorrem em um componente fonológico. No caso das demais preposições, que teriam uma

⁷⁶Convencionou-se chamar de coda, nesse contexto, a combinação de um DP (o complemento do verbo existencial) a um outro constituinte, como um PP, um AP, um CP relativo ou um VP gerundial. Os exemplos são de Avelar (2005a):

- a. Tinha muitas pessoas *na praia*.
 b. Tem muitos políticos brasileiros *extremamente populistas*.
 c. Tem muita mulher *que odeia lavar roupa*.
 d. Tinha um homem estranho *olhando para a Maria*.

natureza claramente lexical, estas já estariam previstas na sintaxe e, por isso, poderiam ser interpretadas em Forma Lógica.

Essa análise é compatível com a idéia de que o “de” das construções partitivas na representação em (35) é a expressão morfofonológica do núcleo complexo F+X e não tem nenhum conteúdo semântico próprio. Logo, seria um elemento puramente gramatical.

Quanto ao item “de” na representação sintática em (27), na qual “maioria” é um núcleo lexical que toma como complemento um PP, este seria de fato uma preposição, porém funcional, o que explicaria sua impossibilidade de selecionar semanticamente seu complemento. A preposição nesse caso seria o elemento responsável por atribuir caso oblíquo ao DP plural.

Para finalizar esta seção, é importante observar que a idéia de que as construções partitivas apresentariam representações estruturais diferentes em função da natureza categorial do termo “maioria” e “parte” é compatível em essência com a análise que vem sendo apresentada por Saab (2004; no prelo a; no prelo b) para explicar o comportamento de epítetos (*burro*, *bestia*, *gallina*) em construções Det+N+de+SN, em espanhol. Saab observa que há uma relação entre o tipo de leitura atribuída ao epíteto (possessiva ou atributiva) e o modo como este se comporta em relação à elipse nominal e à concordância. Em relação à elipse, o autor verifica que, em contextos de elipse nominal, apenas uma leitura possessiva é possível:

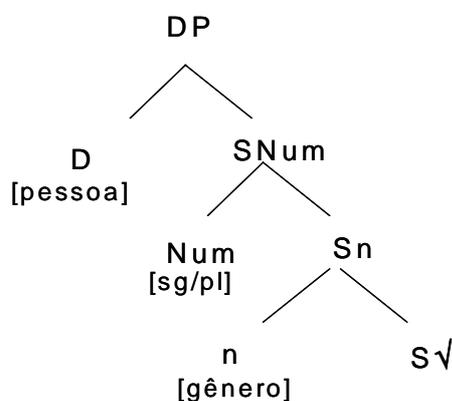
(39) El burro de Juan & el ~~burro~~ de Pedro (apenas possessiva = João tem um burro; Pedro tem um burro).

Em relação à concordância, Saab nota que, nos casos de ambigüidade entre uma leitura possessiva ou atributiva, a concordância permitiria desambigüizar a interpretação do epíteto. Na sentença (40), quando o adjetivo concorda com o primeiro N, só permanece a leitura possessiva (a mulher tem um anjo); quando o adjetivo concorda com o segundo N, apenas a leitura atributiva permanece (a mulher é um anjo).

(40) a. El angel de tu mujer está contento (leitura possessiva)
 b. El angel de tu mujer está contenta (leitura atributiva)

Para dar conta dessas diferenças, Saab propõe que o epíteto na leitura atributiva ocuparia uma posição pré-nominal, de especificador de uma projeção de número (NumP) e que, na leitura possessiva, ele seria o núcleo da projeção lexical do DP. A seguir, apresenta-se, em (41), a estrutura do DP proposta por Saab (no prelo a) e, em (42), as configurações atribuídas às construções Det+N+de+SN.^{77 78}

(41)



- (42) a. [DP el[NumP **burro** [nP de Juan n_[male]]] (leitura atributiva)
 b. [DP el[NumP [nP n_[male] **burro** de Juan]] (leitura possessiva)

Saab propõe que essa mesma análise seja estendida a nomes quantitativos (*montón, pila*) e nomes partitivos e pseudo-partitivos (*parte, maioria, grupo*), visto que estes apresentariam um comportamento semelhante aos epítetos.

No caso dos nomes quantitativos, foi visto, na seção anterior, que estes licenciam elipse apenas quando com leitura descritiva, e que há uma relação entre leitura e concordância: quando a concordância é com o primeiro nome, a leitura do DP só pode ser descritiva; quando a concordância é com o segundo nome, a leitura do DP só pode ser quantitativa. A seguir reproduzem-se os exemplos apresentados:

- (43) a. Tengo una pila de camisas para planchar (descritiva ou quantitativa)

⁷⁷Nessa estrutura, a projeção D codifica os traços de pessoa (e possivelmente caso) e NumP, os traços de número. A projeção **n** porta os traços de gênero e provavelmente alguns traços semânticos nominais (ex. [humano]) e o n corresponde a um categorizador em teorias que assumem a idéia de raízes nuas (Marantz 1997, Embick & Halle, no prelo). O símbolo √ representa a projeção que aloja as raízes.

⁷⁸É importante esclarecer que, para Saab, a concordância é um processo de cópia de traços morfossintáticos que só ocorre **pós-sintaticamente**, na estrutura morfológica (cf. Halle & Marantz, 1993).

- b. Tengo una pila de camisas y una ~~pila~~ de pantalones para planchar (leitura descritiva)
- (44) a. Se me cayó un montón de libros (apenas descritiva)
- b. Se me cayeron un montón de libros (apenas quantificativa)

Para as construções pseudo-partitivas e partitivas, o quadro não é tão claro. Em princípio, dever-se-ia esperar que a concordância plural estivesse associada a uma leitura dessas construções (no caso uma leitura distributiva, cf. Brucart, 1997) e que a elipse do nome partitivo só fosse possível quando o verbo estivesse no singular e, por conseguinte, a partitiva tivesse uma leitura de grupo. No entanto, o julgamento dos falantes por vezes indica oscilações; há casos de concordância plural com construções partitivas que só admitem leitura de grupo⁷⁹ e as sentenças com elipse de nomes partitivos são consideradas marginais, como foi visto no exemplo (7).

Saab (no prelo a) afirma que diferenças entre nomes quantificativos e nomes partitivos e pseudo-partitivos deva ser buscada na natureza desses nomes. Segundo ele, os nomes partitivos, mesmo quando na leitura de grupo, não deixariam de ser um quantificador e isso explicaria por que poderia ser considerada gramatical uma concordância plural como um DP partitivo/pseudo-partitivo com leitura de grupo. Nesse caso, o DP ocuparia uma posição de especificador na periferia esquerda do DP. Saab, contudo, não esclarece qual seria a diferença exata entre um nome partitivo/pseudo-partitivo numa posição pronominal e numa posição interna ao Sn.

Na análise aqui proposta, mostrou-se que os falantes de português não associam concordância verbal e leitura (distributiva ou de grupo) da construção partitiva e que, portanto, uma explicação para a dupla alternativa de concordância não pode ser buscada em termos de uma análise semântica ou pragmática. A dupla concordância seria determinada por razões estruturais, relacionadas à posição sintática ocupada pelo nome partitivo (“maioria” e “parte”). Dada sua natureza categorial “híbrida” (lexical e funcional), este poderia atuar tanto como um verdadeiro nome quanto como uma espécie de quantificador. Dependendo, pois, das propriedades que estejam mais salientes – se lexicais ou funcionais, uma

⁷⁹Ver nota 61.

dada estrutura para o DP é gerada. Nesse sentido, talvez se possa buscar uma aproximação entre partitivas, epítetos e nomes quantificativos.

5.1.2.2

A dupla possibilidade de concordância

Resta agora explicar a questão da concordância. Assumindo-se que haveria duas representações estruturais distintas para as construções partitivas, pode-se associar cada alternativa de concordância a uma das representações.

A concordância verbal no singular estaria associada à representação em que “maioria” e “parte” são NPs que tomam como complemento um sintagma preposicionado contendo o DP definido.

Algumas análises vêm sendo propostas para dar conta de como seria computada a concordância de número interna ao DP em estruturas desse tipo. Uma possibilidade seria assumir Chomsky (1999), que atribui a concordância interna ao DP a um mecanismo denominado *Concord*. Esse mecanismo implementaria a concordância via uma operação de *Merge* entre determinantes, que apresentariam traços não-interpretáveis de número, e nomes, que teriam traços interpretáveis de número. Outra possibilidade seria assumir, nos termos de Magalhães (2004), que a concordância seria implementada pela operação *Agree*, a partir de uma valoração de traços em cascata dentro do DP. Magalhães, diferentemente de Chomsky, considera que o traço de número seria não-interpretável em N e interpretável em D. Uma terceira alternativa seria considerar a existência de um núcleo funcional independente para número, a projeção NumP (*Number Phrase*), a qual seria intermediária entre NP e DP (Ritter, 1991; Picallo, 1991)⁸⁰. Augusto, Ferrari-Neto & Corrêa (2005) propõe que NumP teria um traço interpretável de número e que a relação de c-comando estabelecida entre D, Num e N garantiria que a concordância fosse computada entre os elementos que integram o DP.

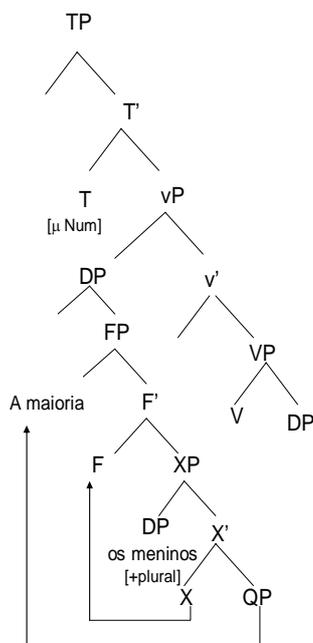
⁸⁰ Augusto, Ferrari-Neto & Corrêa (2005) afirmam que há evidências morfológicas, sintáticas e semânticas a favor da postulação de uma projeção NumP. Em termos morfológicos, constata-se a presença de um morfema de número independente em algumas línguas (ex. Yapese e Tagalog); em termos sintáticos, a projeção NumP permitiria explicar diferentes relações de ordem entre o adjetivo e o nome no DP (Cinque, 1994); em termos semânticos, a presença de NumP estaria relacionada a distinções entre nomes massivos e nomes contáveis (Vangsnes, 2001; Borer, 2005).

Foge ao escopo desta tese avaliar qual dessas propostas melhor explicaria a computação da concordância interna ao DP. O que é relevante é mostrar que, na estrutura proposta para quando “maioria” e “parte” são considerados verdadeiros nomes, o DP definido pl está inserido em um sintagma preposicionado complemento do primeiro nome, não podendo, pois, interferir na computação interna da concordância do DP partitivo. Nesse sentido, qualquer uma das explicações apresentadas poderia, em princípio, ser assumida.

A segunda alternativa de concordância (verbo no plural) estaria associada à representação em que “maioria” e “parte” se comportam como elementos funcionais, modificando o DP definido plural. Nessa análise, esses termos funcionariam como quantificadores e a concordância verbal seria determinada pelo número do DP definido plural. Não é, contudo, trivial a implementação dessa idéia.

Considerando-se a representação estrutural proposta em (45), uma possível explicação seria pensar que “maioria” e “parte”, quando funcionais, não teriam um traço formal de número a eles associado. Logo, o elemento que poderia valorar o traço não-interpretável de número de uma sonda T seria o DP definido plural.⁸¹

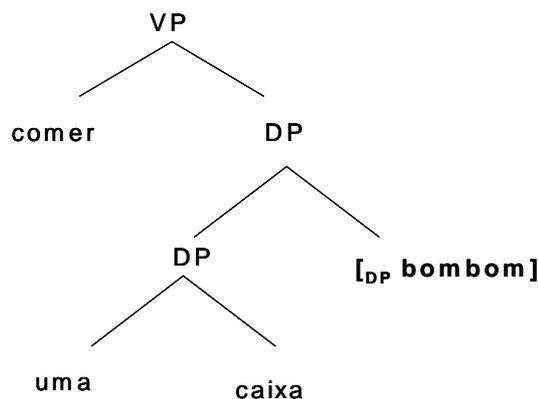
(45)



⁸¹Ver capítulo 3 para uma caracterização da concordância como processo de valoração de traços no Programa Minimalista.

Uma análise alternativa seria assumir que as construções partitivas apresentam uma estrutura de adjunção semelhante a que vem sendo proposta por Avelar (2005a; 2005b) para constituintes preposicionados nucleados por “de” (*sintagmas-de*).

Avelar, a partir de um conjunto de evidências de que *sintagmas-de* comportam-se semântica e morfossintaticamente de forma distinta de outros constituintes preposicionados na função de adjuntos adnominal, propõe para aqueles uma configuração de **adjunção de DP a DP**, como a exemplificada em (46).



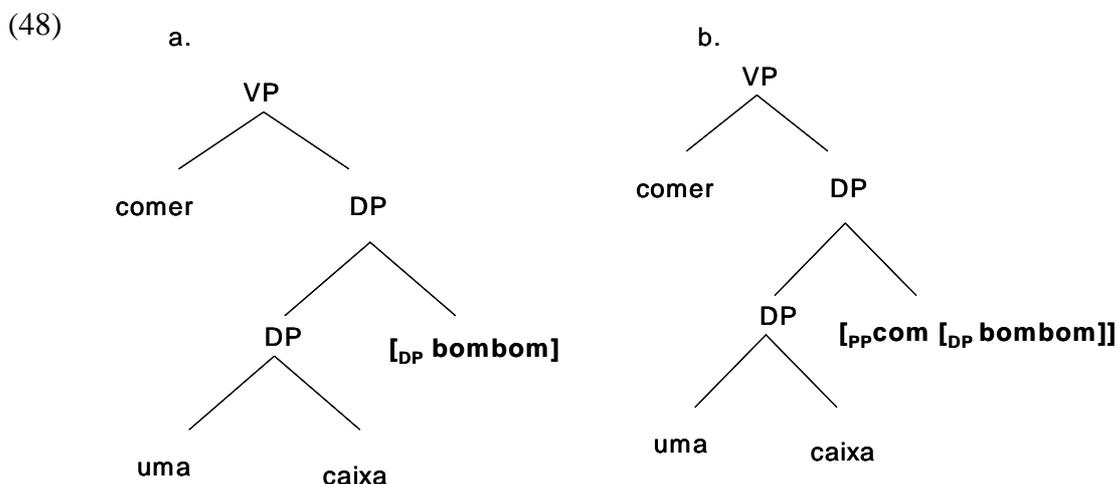
Nesse tipo de configuração de adjunção, um DP com caso inerente genitivo seria adjungido a outro DP e apenas na morfologia é que um morfema associado seria conectado ao DP genitivo e realizado como “de” (cf. modelo de Morfologia Distribuída de Embick & Noyer, 2001).

A configuração de **adjunção de DP a DP** permitiria explicar o comportamento diferente do *sintagma-de* em relação ao *sintagma-com* nas sentenças em (47):

- (47) a. A criança comeu uma caixa de bombom.
 b. #A criança comeu uma caixa com bombom.
 c. A criança roubou uma caixa de bombom.
 d. A criança roubou uma caixa com bombom.

Nessas sentenças, o que está em jogo são as restrições seletivas do verbo “comer”. Segundo Avelar, a sentença b é semanticamente anômala porque, na configuração subjacente ao DP complemento, a preposição impede a interação do DP interno à preposição com o ambiente sintático externo a ele e, por isso, o verbo não pode selecionar semanticamente o DP do *sintagma-com*. No caso do

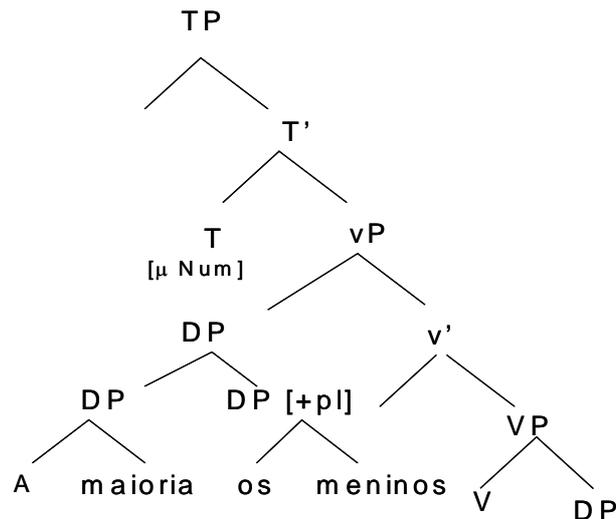
sintagma-de não haveria esse impedimento porque a preposição seria inserida apenas na morfologia, no caminho para PF, sem impactos, portanto, para a semântica.⁸² Veja-se, a esse respeito, as representações em (48), reproduzidas de Avelar (2005a):



Voltando à questão da concordância com expressões partitivas, vejamos se uma análise da partitiva em termos de uma estrutura de **adjunção de DP a DP** poderia explicar os casos de concordância plural com o DP definido. Considere-se a representação a seguir:

⁸² Avelar assume que o DP em si já constituiria uma fase (cf Boscovic, 2005), o que significa dizer que esse constituinte poderia ter sua projeção enviada para o componente fonológico tão logo seja formada. As diferenças entre os DPs poderiam ser atribuídas ao que estaria na margem da fase do sintagma adjungido. Considerando a discussão desenvolvida em Kato & Nunes (1998), Avelar explica que, tanto na representação em (42a) quanto em (42b), o elemento adjungido se encontraria no domínio mínimo de V. O verbo “comer” poderia, portanto, enxergar o sintagma adjungido nos dois casos: em (42a), o verbo conseguiria interagir semanticamente com o DP adjungido, satisfazendo seus requerimentos de ordem temática; em (42b), contudo, o mesmo não seria possível, dado que o PP nucleado por “com”, embora no domínio mínimo do verbo, não satisfaz seus requerimentos temáticos.

(49)



Nessa representação, poder-se-ia propor que o núcleo funcional T, que precisa valorar seu traço de número não-interpretável, busca um traço de mesma dimensão interpretável, numa configuração de c-comando. Como o DP pl, em posição de adjunção, está apenas contido pelo DP complemento (e não dominado), T pode enxergar o DP adjungido e valorar seus traços de número com esse DP. A preposição “de” seria inserida apenas na morfologia e estaria associada à expressão de partitividade.

Um ponto que não é claro nessa análise é por que T não valora seu traço de número com o DP que inclui o termo partitivo, visto que este também estaria acessível para T. Uma possibilidade, considerando-se a idéia de categorias híbridas (semi-lexicais ou semi-funcionais), é que “maioria” não estaria com traços lexicais ativos e, portanto, não poderia entrar em concordância com T.

A título de conclusão, cumpre esclarecer que os pontos discutidos nesta seção são um primeiro movimento na busca de um tratamento adequado para a concordância com expressões partitivas. Certamente, ainda há muito que se explorar em relação a essas estruturas, nomeadamente no que tange à idéia de se atribuir ao nome partitivo uma natureza semi-lexical. Também ainda precisam ser refinadas as estruturas aqui apresentadas. Para os propósitos desta tese, contudo, o importante é deixar claro que a concordância com as partitivas é resultante de um processo sintático, passível de ser capturado a partir da definição do elemento que carrega o traço interpretável de número no DP e de configurações específicas atribuídas à partitiva. Nesse sentido, diferenciam-se das construções em que a

concordância com o segundo nome de um DP complexo constitui uma falha de processamento.

5.2

Experimento psicolinguístico de julgamento de gramaticalidade - construções partitivas x DPs complexos

A análise linguística apresentada na seção anterior permitiu prover uma explicação para a concordância com as construções partitivas em termos de diferenças relativas à natureza categorial dos termos “maioria” e “parte”. Foi visto que a concordância plural é licenciada por uma representação estrutural em que os termos “maioria” e “parte” atuam como quantificadores, que modificam o segundo termo da expressão partitiva. Nesta seção, busca-se verificar, se em termos de processamento, os falantes i) distinguem as construções partitivas dos DPs complexos responsáveis por erros de atração; e ii) se há uma preferência por uma forma de singular ou de plural das construções partitivas, em sentenças em que ambas as alternativas de concordância seriam possíveis.

O experimento consistiu numa tarefa de julgamento de gramaticalidade. Como se sabe, a técnica de julgamento de gramaticalidade é bastante empregada nas análises realizadas dentro do quadro teórico do Gerativismo. Ela consiste basicamente na avaliação por parte de um falante nativo se uma dada sentença seria ou não considerada parte de sua língua. Esse julgamento não é sempre simples de ser obtido, e não são incomuns discordâncias entre os próprios linguistas quanto à gramaticalidade ou não de uma dada sentença. Isso porque, ao se emitir um dado julgamento de gramaticalidade, é difícil dissociar esse julgamento de questões de interpretabilidade, do tipo de variante linguística que se fala e até mesmo do conhecimento obtido via ensino formal. Isso, contudo, não impede que certas construções sejam claramente avaliadas como impossíveis numa dada língua, ou como bastante marginais, no sentido de que nenhum falante nativo as produziria.

Nesta tese, buscou-se implementar uma tarefa psicolinguística que envolvesse julgamento de gramaticalidade. A idéia era buscar capturar de forma bastante imediata o julgamento do falante. Para isso, foi construído um experimento em que o participante era apresentado a sentenças cujas palavras

eram projetadas uma a uma em um telão. Foi dito que as sentenças haviam sido produzidas por falantes estrangeiros e que a tarefa consistia em dizer se o estrangeiro dominava bem o português, no sentido de poder ser confundido com um falante nativo de português. Ele deveria marcar SIM ou NÃO em um bloco de respostas, da forma mais rápida possível, não dando margem, assim, a possíveis oscilações no julgamento, o que por vezes ocorre quando não se tem essa restrição de tempo.

As variáveis independentes foram:

- a) *tipo de DP sujeito*: expressão partitiva e DP complexo não quantitativo.
- b) *número do verbo*: singular e plural

A variável dependente foi o total de respostas SIM para a questão “*O estrangeiro domina bem o português?*” A seguir apresentam-se exemplos de sentenças por condição experimental:

Construção partitiva/ verbo no sing.: *A maioria dos livros da estante QUEIMOU.*

Construção partitiva/ verbo no pl.: *A maioria dos livros da estante QUEIMARAM.*

DP complexo / verbo no sing.: *A pasta dos documentos do escritório RASGOU.*

DP complexo / verbo no pl.: *A pasta dos documentos do escritório RASGARAM.*

Assumindo-se como pressuposto que a concordância verbal com as construções partitivas pode ser feita com o primeiro ou com o segundo nome das partitivas, e de que apenas a concordância com o primeiro nome é possível no caso de DPs complexos não quantitativos, previa-se que as primeiras fossem julgadas gramaticais tanto com o verbo no singular quanto no plural e que as últimas fossem julgadas agramaticais nos casos de verbo concordando com núcleo interveniente.

Método

Participantes:

Participaram do experimento, como voluntários, 24 alunos de graduação da PUC-Rio, com idade média de 20 anos, sendo 13 mulheres.

Material:

Foram construídas 4 sentenças para a fase de treinamento e 48 para a fase de teste (16 experimentais, sendo 4 por condição, e 32 distratoras). As sentenças experimentais foram aleatorizadas e eram apresentadas a cada duas sentenças distratoras. As sentenças distratoras apresentavam, em geral, erros típicos cometidos por estrangeiros aprendendo português. As sentenças com erros foram adaptadas da dissertação de mestrado de Scherer (2002), sobre a produção lexical de falantes de português como língua estrangeira.

Procedimento:

O procedimento experimental consistiu na apresentação de sentenças em um telão, palavra por palavra, havendo um intervalo de dois slides na passagem de uma sentença para outra. Para a projeção das sentenças foi utilizado um equipamento de *data show*. O experimento foi realizado por alunos da PUC-Rio, no espaço de sala de aula, com sessões envolvendo pequenos grupos de sujeitos (em torno de 8 pessoas). A apresentação tinha a duração de 10 minutos.

Resultados:

As respostas SIM do experimento foram submetidas a uma análise de variância por sujeitos com *design* fatorial 2x2, em que *tipo de DP sujeito* e *número do verbo* foram tomadas como medidas repetidas.

Os resultados de aplicação do teste estatístico ANOVA indicaram um efeito principal significativo do *tipo de DP sujeito*: $F(1,23) = 9.55$, $p < .005$, com maior número de respostas SIM para as sentenças com construções partitivas.

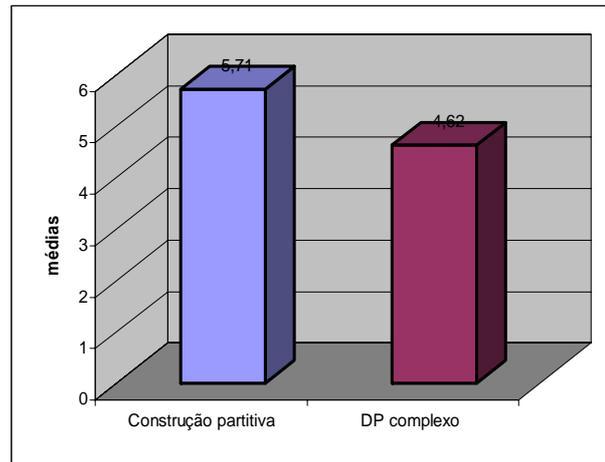


Gráfico 1: Médias de respostas SIM em função do tipo de DP sujeito

Houve também efeito principal altamente significativo do *número do verbo*, com as médias apontando na direção do verbo no singular: $F(1,23) = 35.88$, $p < .0001$.

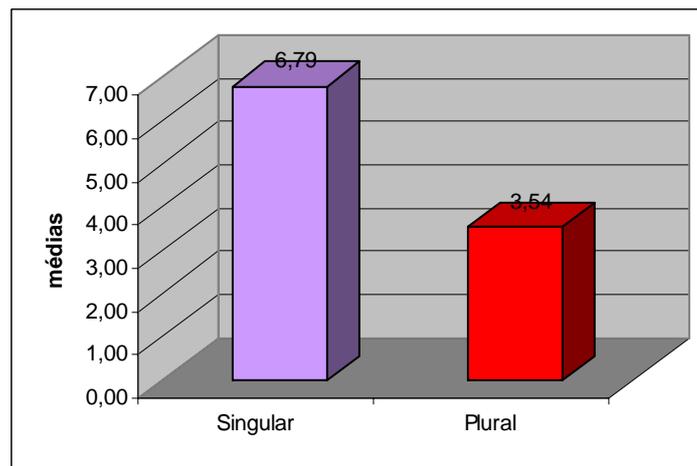


Gráfico 2: Médias de respostas SIM em função do número do verbo

A interação entre as variáveis *tipo de DP sujeito* e *número do verbo* foi significativa: $F(1,23) = 10.18$, $p < .004$.

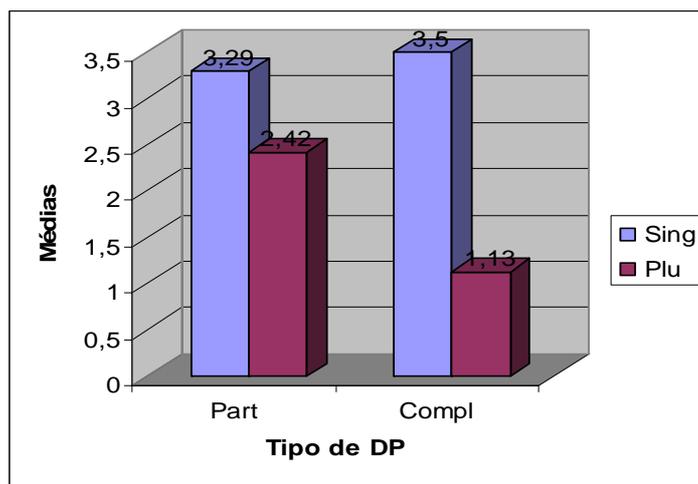


Gráfico 3: Médias de respostas SIM em função do tipo de DP sujeito e do número do verbo

Também foi verificado, a partir da aplicação de teste-t, que há uma preferência pelo emprego de verbo no singular tanto no caso das construções partitivas ($t(df23) = 2,27, p < .02$), quanto no caso dos DPs complexos ($t(df23) = 7,71, p < .0001$).

Discussão:

O efeito principal de tipo de modificador, com maior incidência de respostas SIM para as sentenças com construções partitivas, é compatível com a visão de que essas expressões licenciam tanto o verbo no singular quanto no plural. Assim, tanto sentenças do tipo *A maioria dos livros queimou* quanto sentenças do tipo *A maioria dos livros queimaram* foram julgadas gramaticais pelos participantes do experimento.

O resultado relativo à variável *número do verbo*, com uma maior incidência de respostas SIM para verbos no singular, indica que foram consideradas gramaticais as sentenças em que, independentemente do tipo de DP sujeito, o verbo concordou com o primeiro núcleo nominal do sujeito. Logo, há, a despeito do tipo de sujeito, uma preferência pela concordância verbal singular.

Em relação ao cruzamento das variáveis *tipo de modificador* e *número do verbo*, observa-se que há uma diferença entre partitivas e DPs complexos. Há uma maior incidência de resposta SIM para o verbo no plural com expressões partitivas (*A maioria dos livros queimaram*) do que para DPs complexos (*A estante dos*

livros quebraram), o que sugere que os falantes rejeitam mais a concordância plural com o segundo tipo de DP.

Cumprido notar, contudo, que, mesmo no caso das construções partitivas, há uma preferência pelo verbo no singular, situação em que o verbo concorda com o que seria analisado tradicionalmente como o núcleo do sujeito. Essa preferência nas partitivas talvez possa ser atribuída a uma interferência do ensino formal, em que a concordância canônica é avaliada como mais “correta” em termos prescritivos do que a chamada concordância estilística com o modificador do sujeito.

Em suma, os resultados do experimento mostram que os falantes atribuem julgamentos diferentes para a concordância plural com sujeitos partitivos e DPs complexos. Isso ocorre mesmo quando a sentença com a partitiva não deixa evidente a natureza categorial dos termos “maioria” e “parte” (se lexical ou funcional)⁸³. Logo, faz sentido considerar que, no caso das expressões partitivas, a concordância plural está associada a uma dada representação sintática em que o segundo núcleo nominal funciona como o controlador da concordância e que, nas sentenças com DPs complexos, a concordância com o modificador seria o resultado de uma falha de processamento. Nos capítulos 6 e 7 veremos como é explicado esse tipo de falha em modelos de produção de sentenças.

⁸³Deevy (1999) realiza experimentos em inglês com construções pseudo-partitivas as quais também admitiriam duas alternativas de concordância (*A box of doughnuts was opened/A box of doughnuts were eaten*). Os resultados sugerem que uma estrutura para a partitiva já teria sido construída quando da apresentação do verbo. Logo, nos casos em que a concordância verbal é licenciada pela representação atribuída à partitiva, a sentença é julgada gramatical. Interessante seria manipular os tipos de sentenças em que as partitivas aparecem de modo a tentar evidenciar a natureza mais lexical ou mais funcional de “maioria” e “parte”, a fim de verificar se há diferenças de julgamento em experimento *on-line*.